

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.582 - RS (2018/0115094-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : **MUNICÍPIO DE IGREJINHA**  
**ADVOGADO** : **THIAGO TROTT WERB E OUTRO(S) - RS088245**  
**RECORRIDO** : **EDUARDO TARTAROTTI GIGANTE**  
**ADVOGADO** : **VANESSA FÁTIMA FELIPPON COLUSSI E OUTRO(S) - RS043448**  
**INTERES.** : **FINANTEC - FINANÇAS, TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA**  
**INTERES.** : **BIO-SUL QUÍMICA LTDA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 145, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. INCLUSÃO NO POLO PASSIVO DE SÓCIO RETIRANTE. ART. 1.032 E 1.003, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL.

Título executivo judicial constituído quando já decorridos mais de dois anos da averbação da retirada de sócio.

Inviabilidade de redirecionamento da Execução em desfavor do agravado, no caso concreto, em face do implemento do prazo legal.

Inteligência dos arts. 1.032 e 1.003, parágrafo único, ambos do Código Civil.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso, a parte recorrente sustenta violação dos artigos 1.003 e 1.032 do Código Civil, bem como divergência jurisprudencial, ao argumento de que não cabe a aplicação dos arts. 1.003 e 1.032 do CC para os casos de desconsideração da personalidade jurídica, pois tem como fundamento o abuso de direito efetivado quando a parte ainda fazia parte do quadro societário da pessoa jurídica alvo da execução.

Sem contrarrazões (fl. 210, e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo ao exame do recurso.

Cinge-se a controvérsia em saber se os prazos previstos nos arts. 1.003 e 1.032 do Código Civil se aplicam aos casos em que há desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresarial.

# Superior Tribunal de Justiça

Ao examinar a controvérsia, o Tribunal de origem assim consignou (fl. 147, e-STJ):

Segundo o agravante, a responsabilidade do sócio da sociedade limitada deve ser aferida segundo a data do ato praticado pela firma e que determinou o fato lesivo.

Não é assim.

O acórdão que estabeleceu o título executivo judicial transitou em julgado aos 25.01.2012 (fl. 308 do processo; fl. 77 AI), enquanto o sócio EDUARDO TARTAROTTI GIGANTE retirou-se da empresa condenada em 25.06.2008 (fl. 374 do processo/ fl. 90 AI), conforme anotação na Junta Comercial deste Estado.

Calha consignar que o termo a se considerar para a constituição da obrigação dirigida à pessoa jurídica é aquele expresso no art. 1.032 do Código Civil.

[...]

Portanto, incontroverso de que, à época em que formalizado o débito exequendo – título executivo judicial –, o agravado não integrava, há mais de dois (02) anos, o quadro social da empresa condenada, pelo que não pode mesmo ser responsabilizado pela dívida constituída após dois anos da averbação de sua retirada como sócio.

O acórdão recorrido está em confronto com o entendimento desta Corte, no sentido de que *"Não incidem as disposições contidas nos arts. 1.003 e 1.032 do Código Civil na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica, que tem como fundamento o abuso de direito por parte do sócio quando ele ainda fazia parte do quadro societário da pessoa jurídica"* (AgInt nos EDcl no REsp 1.422.020/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 30/4/2018).  
A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIDADE DE EX-SÓCIOS.

1. A jurisprudência desta Corte orienta que a responsabilidade dos sócios alcançados pela desconsideração da personalidade jurídica da sociedade não se limita ao capital integralizado, sob pena de frustrar a satisfação do credor lesado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

2. "Descabe, por ampliação ou analogia, sem qualquer previsão legal, trazer para a desconsideração da personalidade jurídica os

# *Superior Tribunal de Justiça*

prazos prescricionais previstos para os casos de retirada de sócio da sociedade (arts. 1.003, 1.032 e 1.057 do Código Civil), uma vez que institutos diversos" (REsp 1.312.591/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 1.7.2013).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 866.305/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 8/3/2018).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EX-SÓCIO. INAPLICÁVEIS AS REGRAS DOS ARTS. 1.003 E 1.032 DO CC. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Súmula 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema." 2. As razões do recurso especial impugnaram todos os fundamentos do acórdão a quo e não é necessário o reexame de provas para a análise da questão trazida no apelo nobre, não havendo que se falar, portanto, em incidência dos óbices das Súmulas n. 7 e 182 do STJ.

3. Os prazos prescricionais previstos para os casos de retirada de sócio da sociedade empresarial, dispostos nos arts. 1.003 e 1.032 do CC, não são aplicáveis às hipóteses de desconconsideração da personalidade jurídica, pois se referem a uma responsabilidade extraordinária, fundada na existência de abuso de direito.

Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.631.322/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 2/10/2017).

Desconstituída a premissa utilizada pelo acórdão, devem os autos retornar ao juízo de origem, para que a Corte estadual verifique a existência dos demais requisitos necessários à desconconsideração de personalidade jurídica da empresa executada, e consequente responsabilização do sócio.

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, nos termos acima.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora

